

## ÍNDICE

NOTA DA 4ª EDIÇÃO	9
NOTA DA 3ª EDIÇÃO	11
NOTA DA 2ª EDIÇÃO	13
NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO	15
ABREVIATURAS, SIGLAS E REFERÊNCIAS SOBRE AS CITAÇÕES	17
LIÇÃO I – NOÇÃO, FINALIDADES E FORMAS DO PROCESSO EXECUTIVO	21
1. Noção	21
2. Execução singular e execução universal	26
3. Finalidades	28
4. Formas de processo	32
4.1. Processo executivo comum e processo executivo especial	32
4.2. Forma do processo comum	32
4.3. Regime especial da execução de decisão judicial condenatória	35
LIÇÃO II – AGENTE DE EXECUÇÃO, JUIZ DE EXECUÇÃO E SECRETARIA DE EXECUÇÃO	39
1. Agente de execução	39
1.1. Competência funcional	39
1.2. Exercício de funções	42
1.3. Honorários e despesas	45
1.4. Desempenho das funções do agente de execução por oficial de justiça	48
2. Juiz de execução	49
3. Secretaria de execução	53
LIÇÃO III – TÍTULOS EXECUTIVOS	55
1. Noção e funções dos títulos executivos	55
1.1. Noção	55
1.2. Funções	60

2. Espécies de títulos	63
2.1. Sentenças condenatórias	65
2.1.1. Âmbito	65
2.1.2. Requisitos de exequibilidade	71
2.1.3. Despachos condenatórios	79
2.1.4. Decisões arbitrais	80
2.1.5. Sentenças e títulos exarados em país estrangeiro	81
2.2. Documentos com intervenção notarial ou equiparada	84
2.2.1. Documentos autênticos ou autenticados	84
2.2.1.1. Âmbito	84
2.2.1.2. Documentos em que se convencionem prestações ou obrigações futuras	88
2.2.2. Escritos com assinatura a rogo	91
2.3. Títulos de crédito	92
2.3.1. Letra de câmbio	93
2.3.2. Livrança	102
2.3.3. Cheque	105
2.3.4. Quirógrafo da obrigação	111
2.3.5. Preenchimento abusivo	117
2.4. Documentos particulares	120
2.5. Títulos executivos por força de disposição especial	125
2.5.1. Requerimento de injunção com fórmula executória	125
2.5.1.1. Breve enquadramento histórico	125
2.5.1.2. Âmbito	128
2.5.1.3. Requisitos	130
2.5.1.4. Tramitação	133
2.5.2. Petição inicial com força executiva	144
2.5.3. Títulos executivos de formação processual	147
2.5.4. Ata da reunião da assembleia de condóminos	149
2.5.5. Prestações ou indemnizações devidas pelo titular do direito real de habitação periódica	154
2.5.6. Certidão de dívida e decisão administrativa	154
2.5.7. Certidão extraída de inventário	156
2.5.8. Título emitido por instituição bancária ou de crédito	157
2.5.9. Contrato de arrendamento	158
2.5.10. Requerimento de despejo convertido em título executivo para desocupação do locado	161
2.5.11. Contrato de direito real de habitação duradoura	163
2.5.12. Acordo obtido em mediação	163
2.5.13. Nota discriminativa de honorários, despesas ou custas de parte	164
2.5.14. Certidão de custas, multas não penais e outras sanções	165

3. Concurso de títulos	165
4. Cumulação de execuções	167
4.1. Âmbito	167
4.2. Oportunidade	168
4.2.1. Cumulação inicial de execuções	168
4.2.1.1. Cumulação de execuções fundadas em sentença	168
4.2.1.2. Cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes	169
4.2.2. Cumulação sucessiva de execuções	170
LIÇÃO IV – REQUISITOS DA OBRIGAÇÃO EXEQUENDA	173
1. Certeza	173
1.1. Noção	173
1.2. Obrigação genérica e obrigação específica	175
1.3. Obrigação cumulativa e obrigação alternativa	176
2. Exigibilidade	178
2.1. Noção	178
2.2. Obrigação pura e obrigação a prazo ou a termo	179
2.2.1. Obrigação pura	179
2.2.2. Obrigação a prazo ou a termo	180
2.2.3. Obrigação sujeita a cláusula <i>cum potuerit</i> ou a cláusula <i>cum voluerit</i>	182
2.2.4. Exigibilidade da obrigação	183
2.3. Obrigações condicionais e obrigações dependentes de prestação	184
2.3.1. Obrigações condicionais	184
2.3.2. Obrigações dependentes de prestação	185
2.3.3. Demonstração e prova da exigibilidade	185
3. Liquidez	186
3.1. Noção	186
3.2. Liquidação pelo exequente ou pelo agente de execução	187
3.2.1. Liquidação dependente de simples cálculo aritmético	187
3.2.2. Liquidação não dependente de simples cálculo aritmético	191
3.3. Liquidação por árbitros	192
3.4. Liquidação de obrigação que tenha por objeto mediato uma universalidade	193
3.5. Liquidação de obrigação parcialmente líquida e ilíquida	194
LIÇÃO V – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	195
1. Introdução	195
2. Competência	195
2.1. Competência internacional	195
2.2. Competência interna	201

2.2.1.	Competência em razão da matéria	201
2.2.1.1.	Competência dos tribunais judiciais	201
2.2.1.2.	Tribunais e juízos de competência especializada	202
2.2.2.	Competência em razão do valor	203
2.2.3.	Competência em razão da hierarquia	203
2.2.4.	Competência em razão do território	204
2.2.4.1.	Competência para a execução fundada em título executivo judicial	204
2.2.4.1.1.	Execução de sentença proferida pelo tribunal de comarca	204
2.2.4.1.2.	Execução de sentença proferida pelos tribunais superiores	205
2.2.4.1.3.	Execução de sentença proferida por tribunais estrangeiros	205
2.2.4.1.4.	Execução pelas indenizações	206
2.2.4.2.	Competência para a execução fundada em título executivo extrajudicial	206
2.2.4.2.1.	Ação executiva para pagamento de quantia certa sem garantia real ou para prestação de facto	206
2.2.4.2.2.	Ação executiva para pagamento de quantia certa com garantia real ou para entrega de coisa certa	210
2.2.4.3.	Competência em caso de cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes	210
2.2.4.4.	Competência convencional	211
2.3.	Extensão de competência	212
2.4.	Consequências da violação das regras da competência	213
3.	Legitimidade	213
3.1.	Regra	213
3.2.	Exceções	215
3.2.1.	Título ao portador	215
3.2.2.	Sucessão no direito ou na obrigação	217
3.2.3.	Execução por dívida provida de garantia real	220
3.2.4.	Execução de bens na posse de terceiro	223
3.2.5.	Exequibilidade da sentença contra terceiros	225
3.2.6.	Legitimidade do Ministério Público como exequente	227
3.3.	Legitimidade plural	228
3.3.1.	Litisconsórcio	228
3.3.1.1.	Litisconsórcio inicial	228

3.3.1.2. Litisconsórcio sucessivo	230
3.3.2. Coligação	231
3.3.2.1. Âmbito	231
3.3.2.2. Requisitos	232
3.3.2.3. Modalidades	233
3.3.2.4. Coligação ilegal	233
4. Patrocínio judiciário	234
LIÇÃO VI – EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA	235
1. Fase introdutória	235
1.1. Requerimento executivo	235
1.1.1. Requisitos	235
1.1.2. Admissão do requerimento executivo	239
1.1.3. Recusa do requerimento executivo	239
1.2. Despacho liminar e citação do executado	242
1.2.1. Despacho de indeferimento liminar total	243
1.2.2. Despacho de indeferimento liminar parcial	246
1.2.3. Despacho de convite ao aperfeiçoamento	247
1.2.4. Despacho de citação do executado	248
1.2.5. Rejeição e aperfeiçoamento	249
1.2.6. Dispensa de citação prévia	250
LIÇÃO VII – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO POR EMBARGOS	253
1. Noção	253
2. Legitimidade	254
3. Oportunidade e prazo	255
3.1. Oportunidade	255
3.2. Prazo	255
4. Fundamentos	257
4.1. Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença condenatória	257
4.2. Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral	267
4.3. Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção	269
4.3.1. Fundamentos gerais	269
4.3.2. Fundamentos em caso de justo impedimento	274
4.3.3. Fundamentos excepcionais	278
4.4. Fundamentos de oposição à execução baseada noutro título	281
5. Formalidades	282
6. Efeito	284

6.1. Regra geral	284
6.2. Exceções	285
6.2.1. Prestação de caução	286
6.2.2. Impugnação da genuinidade da assinatura	288
6.2.3. Impugnação da exigibilidade ou da liquidação da obrigação	290
6.2.4. Falta absoluta de intervenção do réu no processo de declaração	291
7. Tramitação	291
LIÇÃO VIII – PENHORA	297
1. Noção	297
2. Efeitos	299
2.1. Ineficácia da disposição, oneração ou arrendamento de bens penhorados	299
2.2. Preferência resultante da penhora	302
2.3. Perda do poder de fruição ou limitação ao seu exercício	304
3. Limites da penhora	305
3.1. Penhora de bens do devedor	305
3.2. Penhora de bens de terceiro	307
3.3. Limitação da responsabilidade por convenção das partes e por determinação de terceiro	308
3.4. Bens absolutamente impenhoráveis	308
3.4.1. Bens isentos de penhora por força de disposição especial	309
3.4.2. Coisas ou direitos inalienáveis	310
3.4.3. Bens do domínio público do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas	312
3.4.4. Objetos cuja apreensão seja ofensiva dos bons costumes ou careça de justificação económica, pelo seu diminuto valor venal	314
3.4.5. Objetos especialmente destinados ao exercício de culto público	315
3.4.6. Túmulos	317
3.4.7. Instrumentos e objetos indispensáveis aos deficientes e ao tratamento de doentes	317
3.4.8. Animais de companhia	318
3.4.9. Quantia em dinheiro ou depósito bancário resultantes da satisfação de crédito impenhorável	319
3.5. Bens relativamente impenhoráveis	319
3.5.1. Bens do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas, de entidades concessionárias de obras ou serviços públicos ou de pessoas coletivas de utilidade pública, que se encontrem especialmente afetados à realização de fins de utilidade pública	320

3.5.2. Instrumentos de trabalho e objetos indispensáveis ao exercício da atividade ou formação profissional do executado	322
3.5.3. Bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica	324
3.6. Bens parcialmente impenhoráveis	327
3.6.1. Penhora de rendimentos ou prestações que assegurem a subsistência do executado	327
3.6.1.1. Âmbito	327
3.6.1.2. Limites da impenhorabilidade	331
3.6.1.3. Penhora de rendimentos empresariais e profissionais	340
3.6.1.4. Pluralidade de penhoras	341
3.6.1.5. Redução ou isenção de penhora	341
3.6.2. Penhora de dinheiro ou saldo bancário	343
3.7. Bens cuja penhora depende de citação prévia do executado	344
3.8. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas próprias ou comuns	345
3.8.1. Penhora de bens comuns em execução movida apenas contra um dos cônjuges	345
3.8.2. Incidente de comunicabilidade da dívida	352
3.8.2.1. Comunicabilidade da dívida suscitada pelo exequente	352
3.8.2.2. Comunicabilidade da dívida suscitada pelo executado	356
3.9. Penhora em caso de comunhão ou de propriedade	356
3.10. Bens a penhorar na execução contra o herdeiro	358
3.11. Penhorabilidade subsidiária	359
3.11.1. Penhorabilidade subsidiária subjetiva	359
3.11.2. Penhorabilidade subsidiária objetiva	361
3.12. Penhora de mercadorias carregadas em navio	362
4. Consultas e diligências para a penhora	363
4.1. Diligências prévias	363
4.2. Registo informático de execuções	363
4.3. Diligências para identificação ou localização de bens	365
4.4. Diligências subsequentes	368
4.5. Inclusão do devedor na lista pública de execuções	369
5. Ordem de realização da penhora	370
5.1. Eliminação do <i>gradus executionis</i>	370
5.2. Nomeação de bens à penhora	371
5.3. Dever de informação e de comunicação	372
5.4. Dever de cooperação	372
5.5. Princípio da proporcionalidade	374
5.6. Bens onerados com garantia real	377
5.7. Bens indivisos	378

6. Reforço, substituição ou levantamento da penhora	379
7. Conversão do arresto em penhora	381
8. Modos de efetivação da penhora	382
8.1. Penhora de bens imóveis	382
8.1.1. Âmbito	382
8.1.2. Formalidades	384
8.1.3. Fiel depositário	385
8.1.4. Entrega efetiva do bem penhorado	387
8.1.5. Proteção da casa de habitação efetiva do executado	388
8.1.6. Divisão do prédio penhorado	389
8.2. Penhora de bens móveis	390
8.2.1. Penhora de coisas móveis não sujeitas a registo	390
8.2.2. Penhora de coisas móveis sujeitas a registo	393
8.2.2.1. Penhora de veículos automóveis	394
8.2.2.2. Penhora de navios	395
8.2.2.3. Penhora de aeronaves	396
8.3. Penhora de direitos	396
8.3.1. Penhora de créditos	396
8.3.2. Penhora de títulos de crédito e de valores mobiliários	403
8.3.3. Penhora de direitos ou de expectativas de aquisição	406
8.3.4. Penhora de rendas, abonos, vencimentos, salários ou outros rendimentos periódicos	408
8.3.5. Penhora de depósitos bancários	410
8.3.6. Penhora de direito a bens indivisos ou de quinhão em património autónomo	412
8.3.7. Penhora de quotas em sociedades	414
8.3.8. Penhora de estabelecimento comercial	415
 LIÇÃO IX – MEIOS DE REAÇÃO À PENHORA	 419
1. Oposição por simples requerimento	419
2. Oposição à penhora	422
2.1. Âmbito e fundamentos	422
2.2. Tramitação	425
3. Embargos de terceiro	427
3.1. Âmbito	427
3.2. Natureza	428
3.3. Modalidades	429
3.4. Requisitos	429
3.4.1. Qualidade de “terceiro”	430
3.4.1.1. Âmbito	430



3.4.1.2. Cônjuge do executado	430
3.4.2. Posse	431
3.4.2.1. Âmbito	431
3.4.2.2. Posse causal e posse formal	432
3.4.3. Direito incompatível com a penhora	434
3.4.3.1. Direitos reais de gozo registados antes de qualquer arresto, penhora ou garantia	435
3.4.3.2. Direitos reais de gozo que não tenham registo anterior ao de qualquer arresto, penhora ou garantia	437
3.4.3.3. Direitos reais de garantia	447
3.4.3.4. Direitos reais de aquisição	448
3.4.3.5. Direitos pessoais de gozo	453
3.5. Formalidades	456
3.5.1. Prazo	456
3.5.2. Legitimidade passiva	458
3.5.3. Tramitação	458
3.5.3.1. Fase introdutória	458
3.5.3.2. Efeitos da rejeição ou do recebimento dos embargos	461
3.5.3.3. Fase subsequente	461
3.5.3.4. Decisão e efeitos	462
4. Ação de declaração da titularidade do direito que obste à realização ou ao âmbito da penhora	463
5. Ação de reivindicação	463
LIÇÃO X – CONCURSO DE CREDORES	467
1. Citação do cônjuge do executado e dos credores	467
1.1. Âmbito	467
1.2. Citação do cônjuge do executado	467
1.3. Citação dos credores titulares de direito real de garantia	469
1.4. Citação da Fazenda Nacional e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	472
1.5. Consequências da falta de citação	473
2. Reclamação de créditos	475
2.1. Pressupostos	475
2.1.1. Garantia real sobre os bens penhorados	475
2.1.2. Título executivo	477
2.1.3. Obrigação certa e líquida	479
2.1.4. Prazo	480
2.2. Impugnação dos créditos reclamados	481
2.3. Verificação e graduação dos créditos	482

2.3.1. Graduação de créditos em relação a bens imóveis	484
2.3.2. Graduação de créditos em relação a bens móveis	486
<b>LIÇÃO XI – PAGAMENTO</b>	<b>487</b>
1. Modalidades	487
2. Âmbito temporal	487
3. Pagamento por entrega de dinheiro	488
4. Adjudicação de bens penhorados	489
4.1. Requerimento	489
4.2. Publicidade do requerimento	490
4.3. Termos da adjudicação	490
5. Consignação de rendimentos	491
5.1. Âmbito	491
5.2. Tramitação	492
5.3. Consignação de rendimentos de bens em locação	493
5.4. Efeitos	494
6. Pagamento em prestações e acordo global	494
6.1. Pagamento em prestações	494
6.1.1. Âmbito	494
6.1.2. Efeitos da celebração do acordo	495
6.1.3. Consequências do incumprimento do acordo	496
6.2. Acordo global	497
7. Venda executiva	497
7.1. Âmbito	497
7.1.1. Determinação da modalidade da venda e do valor base dos bens	497
7.1.2. Instrumentalidade da venda	499
7.1.3. Venda antecipada de bens	499
7.1.4. Dispensa de depósito do preço	500
7.2. Modalidades	501
7.2.1. Venda mediante propostas em carta fechada	501
7.2.1.1. Âmbito	501
7.2.1.2. Valor base e competência	501
7.2.1.3. Publicidade da venda e dos bens	502
7.2.1.4. Notificação aos preferentes	502
7.2.1.5. Abertura e deliberação sobre as propostas	504
7.2.1.6. Caução e depósito do preço	505
7.2.1.7. Adjudicação e registo	507
7.2.1.8. Entrega dos bens	507
7.2.2. Venda de bens em mercados regulamentados	508
7.2.3. Venda direta	508

7.2.4. Venda por negociação particular	509
7.2.5. Venda em estabelecimento de leilão	512
7.2.6. Venda em depósito público ou equiparado	513
7.2.7. Venda em leilão eletrônico	513
7.3. Efeitos da venda	516
7.3.1. Transferência para o adquirente dos direitos do executado sobre a coisa vendida	516
7.3.2. Caducidade de direitos	517
7.3.3. Transferência dos direitos de terceiro para o produto da venda	518
7.4. Invalidez da venda	519
7.4.1. Anulação da venda executiva	519
7.4.1.1. Âmbito	519
7.4.1.2. Tramitação	521
7.4.2. Casos em que a venda fica sem efeito	522
7.4.2.1. Anulação ou revogação da sentença executada ou procedência da oposição à execução ou à penhora	522
7.4.2.2. Anulação da execução em caso de revelia	523
7.4.2.3. Anulação do ato da venda	523
7.4.2.4. Venda de coisa alheia	525
7.4.2.5. Efeitos	526
7.4.3. Ação de reivindicação	526
8. Direito de remição	527
8.1. Legitimidade	527
8.2. Prazo	528
8.3. Procedimento	529

## LIÇÃO XII – SUSPENSÃO, EXTINÇÃO, RENOVAÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO

1. Suspensão da execução	531
1.1. Suspensão da execução em caso de insolvência ou de processo especial de recuperação	531
1.2. Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens	534
1.3. Suspensão com fundamento em causa prejudicial	537
2. Extinção da execução	538
2.1. Execuções inviáveis	538
2.2. Extinção da execução por sustação integral	540
2.3. Extinção da execução pelo pagamento voluntário	540
2.4. Extinção da execução pelo pagamento coercivo	542
2.5. Extinção da execução por deserção	543
2.6. Extinção da execução por encerramento do processo de insolvência	545
2.7. Desistência do exequente	546

3. Renovação da execução	546
4. Anulação da execução	548

LIÇÃO XIII – RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE	549
--	-----

1. Âmbito	549
2. Efeitos	556
2.1. Restituição do indevidamente prestado	556
2.2. Responsabilidade civil	557
2.3. Responsabilidade processual	558
2.4. Responsabilidade tributária	558
2.5. Responsabilidade criminal	559
3. Apreciação da responsabilidade e da pretensão indemnizatória	559

LIÇÃO XIV – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA	561
--	-----

1. Âmbito	561
2. Tramitação	562
2.1. Fase introdutória	562
2.1.1. Apresentação do requerimento executivo e citação do executado	562
2.1.2. Oposição à execução	563
2.1.2.1. Fundamentos	563
2.1.2.2. Efeito	565
2.1.2.3. Tramitação	565
2.2. Fase subsequente	566
2.2.1. Entrega da coisa	566
2.2.2. Entrega de coisa imóvel arrendada ou que constitua a casa de habitação principal do executado	567
2.2.2.1. Suspensão por diferimento da desocupação do local arrendado para habitação	568
2.2.2.2. Suspensão a requerimento do detentor da coisa	570
2.2.2.3. Suspensão por razões de doença	571
3. Responsabilidade do exequente	572
4. Conversão da execução	573

LIÇÃO XV – EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO	575
---	-----

1. Âmbito	575
2. Modalidades	576
2.1. Prestação de facto positivo e prestação de facto negativo	577
2.2. Prestação de facto positivo fungível e prestação de facto positivo infungível	577

3. Execução para prestação de facto positivo	578
3.1. Fase introdutória	578
3.1.1. Apresentação do requerimento executivo e citação do executado	578
3.1.2. Oposição à execução	579
3.1.2.1. Fundamentos	579
3.1.2.2. Efeito	580
3.2. Fase da liquidação	581
3.3. Fase da prestação	582
3.3.1. Prestação pelo exequente	582
3.3.2. Fixação do prazo para a prestação	583
3.4. Extinção da execução	584
4. Execução para prestação de facto negativo	585
4.1. Âmbito	585
4.2. Tramitação	586
4.2.1. Fase inicial	586
4.2.2. Fase subsequente	587

#### LIÇÃO XVI – PROCESSO ESPECIAL DE EXECUÇÃO POR PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

1. Âmbito	589
2. Tramitação	592
2.1. Adjudicação ou consignação de rendimentos	592
2.2. Penhora e citação do executado	593
2.3. Cessação ou alteração dos alimentos	594
2.4. Garantia das prestações vincendas	595

#### LIÇÃO XVII – PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO

1. Natureza e fins	597
2. Requisitos	599
3. Tramitação inicial	600
3.1. Requerimento inicial	600
3.2. Distribuição	602
3.3. Recusa do requerimento	603
3.4. Consultas e relatório	604
4. Tramitação subsequente	606
4.1. Manifestação de vontade do credor	606
4.2. Notificação do requerido	607
4.2.1. Pagamento voluntário da quantia em dívida	607
4.2.2. Celebração de acordo de pagamento	607

4.2.3. Indicação de bens penhoráveis	607
4.2.4. Oposição	608
4.2.5. Inclusão na lista pública de devedores e emissão de certidão de incobrábilidade	610
4.3. Convoção do procedimento em processo de execução	611
5. Consultas após a extinção do procedimento	612
6. Valores devidos no âmbito do procedimento extrajudicial pré-executivo	612
7. Publicidade do processo	613
8. Reclamações e impugnação jurisdicional	614
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	615